JUSTIÇA ELEITORAL

076ª ZONA ELEITORAL DE SERRITA PE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600001-79.2024.6.17.0076 / 076ª ZONA ELEITORAL DE SERRITA PE

REQUERENTE: JONH CLEUTON DE OLIVEIRA, JOZINETE FIGUEIREDO GOMES, SOLIDARIEDADE SERRITA-PE-MUNICIPAL, ANDRE LUIZ ALVES NEVES DE SOUZA, CAMILLA GALDINO SOARES, SOLIDARIEDADE - SD

SENTENÇA

Trata-se de pedido de regularização de contas anuais, referente ao ano de exercício de 2022, do PARTIDO SOLIDARIEDADE DE SERRITA/PE, tendo em vista julgamento como conta não prestada.

Constatada a ausência de juntada de procuração para constituição de advogado, o cartório procedeu à intimação dos interessados via email, conforme cadastro SGIP (ID 122168089).

O prazo transcorreu sem manifestação dos interessados (certidão ID 122176459).

É o breve relatório.

Como se depreende dos autos, fora apresentado pedido de regularização de contas, todavia desacompanhada do instrumento de procuração para constituição de advogado, conforme exigência do artigo 58, §1º, inciso V, alínea "a" c.c artigo 29, §2º, inciso da resolução 23.604/2019, além do preceituado no artigo 37, §6º da Lei 9.096/95.

Portanto, tendo em vista a falta de peça obrigatória, qual seja, o instrumento de procuração, tem-se por ausente a capacidade postulatória, pressuposto processual que deve se encontrar provado no ato da análise das contas. No mesmo entendimento esposado, colaciono o seguinte julgado:

"Trata-se do pressuposto processual de validade do processo conhecido como capacidade postulatória. É a capacidade de pedir e responder em juízo, perante o Poder Judiciário. A lei faculta, excepcionalmente, a postulação por pessoas que não detêm a habilitação de advogado, o que evidentemente não é o caso dos autos. Tanto a prestação de contas anuais de partido político como o respectivo pedido de regularização ostentam natureza jurisdicional, a exigir o preenchimento do citado pressuposto processual. Com tais considerações, com fundamento no art. 485, IV do CPC/2015 e art. 41, XX do Regimento Interno deste Egrégio TRE/MT, julgo EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Publique-se no DJE-TRE/MT. Proc 0000146-36.2017.6.11.0000, PET 14636-VARZEA GRANDE - MT, Decisão Monocrática de 25/07/2019, DJE 29/07/2019, páginas 06/07."

ISTO POSTO, julgo o Requerimento de Regularização das Contas da Comissão provisória do Partido Solidariedade em Serrita/PE, referente ao exercício 2020 extinto sem apreciação do mérito, com fundamento no artigo 485, IV do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Serrita, data assinado digitalmente.

Bruno Jader Silva Campos

Juiz Eleitoral

77ª ZONA ELEITORAL**EDITAIS****DESCARTE DE MATERIAIS**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Edital Nº 3 - TRE-PE/PRES/DG/ZE077

A Exma. Dra. TICIANA RAFAEL XENOFONTE PEIXOTO DE OLIVEIRA, Juíza Eleitoral desta 77ª Zona (Cabrobó) do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, nos termos do art. 55 da Resolução TSE nº 21.538/2003 e das disposições constantes do Código de Normas da CRE /PE (Provimento nº 51/2019), que após o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias previsto neste instrumento, não havendo questionamentos, os documentos abaixo relacionados no anexo único serão destinados à Comissão Socio Ambiental do TRE/PE para o devido descarte, a ser realizado na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, situado à Avenida Governador Agamenon Magalhães, 1160, Graças, Recife - PE. E, para que seja atribuída ampla divulgação, determinou a Exma. Sra. Juíza Eleitoral a publicação do presente Edital no DJE, bem como sua afixação no local de costume.

Dado e passado nesta 77ª Zona Eleitoral, aos onze dias do mês de Março do ano de 2024. Eu, Pedro Emanuel Miranda Goulart, Chefe de Cartório, digitei.

TICIANA RAFAEL XENOFONTE PEIXOTO DE OLIVEIRA
Juíza Eleitoral

79ª ZONA ELEITORAL

OUTROS

TERMO CIRCUNSTANCIADO(278) Nº 0600057-74.2022.6.17.0079

PROCESSO : 0600057-74.2022.6.17.0079 TERMO CIRCUNSTANCIADO (EXU - PE)
RELATOR : 079ª ZONA ELEITORAL DE EXU PE
AUTORA DO FATO : LUANA ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO : JULIO GUSTAVO DE ALENCAR SAMPAIO (45728/PE)
AUTORIDADE : Delegacia de Polícia da 202ª Circunscrição - Exu/PE
FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

JUSTIÇA ELEITORAL

079ª ZONA ELEITORAL DE EXU PE

TERMO CIRCUNSTANCIADO (278) Nº 0600057-74.2022.6.17.0079 / 079ª ZONA ELEITORAL DE EXU PE

AUTORIDADE: DELEGACIA DE POLÍCIA DA 202ª CIRCUNSCRIÇÃO - EXU/PE

AUTORA DO FATO: LUANA ALVES DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTORA DO FATO: JULIO GUSTAVO DE ALENCAR SAMPAIO - PE45728

DECISÃO

Vistos, r.h,

Consta nos autos que o Ministério Público ofertou proposta de transação penal que foi devidamente aceita pela autora do fato, conforme Id.115647403;

E tendo em vista o Parecer id 122179367 do Ministério Público Eleitoral, bem como informação contida no relatório id 122162475 (ficha de acompanhamento de transação penal) no qual a autora do fato LUANA ALVES DOS SANTOS deveria cumprir 192horas trabalhadas, prestando somente 109 horas, restando portanto, 83 horas para cumprir;

Intime-se a autora do fato para cumprir integralmente a transação penal, sob pena de, em caso descumprimento do que fora fixado, o processo retornar ao seu curso, devendo ser intimado o Ministério Público Eleitoral para propositura da respectiva ação penal;